

## A PERSPECTIVA DE MUDANÇA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NUMA ESCOLA RURAL DO MUNICÍPIO DE JUARA

Elias do Nascimento Silva<sup>1</sup>  
Luzinete Lima Sampaio<sup>2</sup>.

**RESUMO:** O artigo em questão da parte da premissa de analisar as perspectivas de alunos numa escola municipal do campo do município de Juara. Esse público por muito tempo foi tido dentro do conceito de aculturado sem identidade e também do estereótipo do homem “caipira” sendo a educação como um todo se transformou ao longo do tempo e hoje é inerente que com as novas tecnologias as escolas rurais passassem, a ofertar também uma qualidade de ensino. Mas há ainda muita desinformação e preconceito em relação ao ensino do campo, trago a tona a discussão da superação dos camponeses na educação básica em nosso país. O intento de ponderar sobre o comportamento de homens e mulheres camponesas e suas perspectivas de futuro vem de encontro a minha prática pedagógica na escola municipal Gairova trazendo a relação dialógica com autores que tratam da educação do campo bem como a opinião dos aculturados por esse processo educacional. Os paradigmas em torno da inclusão social da Educação do Campo no Brasil precisam ser difundidos de forma a tornar a sociedade tecnológica e concorrida de hoje mais inclusiva e dinâmica.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Perspectivas. Paradigmas. Inclusão Social. Trabalhadores Rurais.

### 1-INTRODUÇÃO

Esse tema que ora me propus a pesquisar parte da premissa que enquanto acadêmica e professora de uma escola do campo, estive interessada no assunto, que segundo levantamento bibliográfico que fizemos me despertou

---

<sup>1</sup> Pedagogo pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Secretário na Escola Municipal de Educação Infantil Maria Malfacini Riva. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade da Cidade de São Paulo-UNICID. Email: ninffeto@hotmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER e professora da Escola Municipal Agrossan em Juara-MT .E-mail:luzinete-juara@hotmail.com

a atenção por ser um fator primordial de esperança aos que fazem uso da Educação no campo. “A educação do campo vem conquistando espaço, nos últimos anos, nos debates e nas políticas educacionais no Brasil” (VENDRAMINI 2006, p.122) A LDB traz em seu artigo 28 as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

O contexto teórico de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, por meio do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, no campus da Universidade de Brasília - UnB, e foi diligenciado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em conformidade com a própria UNB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Fui a campo no intuito de analisar as expectativas quanto ao futuro dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem da Educação no Campo na Escola Municipal Fazenda Gairova, aqui entende-se como atores dessa pesquisa os professores, alunos e pais. Vi na história do Brasil que a inclusão dessa parcela da população em vive anseios diante duma sociedade que vem se firmando cada vez mais tecnológica e concorrida.

Observei o cotidiano dos envolvidos e contextualizando em síntese a história da Educação no Campo enquanto práxis pedagógica na formação cidadã dos seus componentes.

## **2. REFLETINDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO MOVIMENTO SOCIAL DE SUPERAÇÃO**

O termo “educação rural” ou “do campo” refere-se ao processo de escolarização desenvolvido nas zonas rurais. Quando pesquisei sobre o tema notei que esse sistema educativo já nasceu fragmentado, mas aos poucos foi se evoluindo tendo sua própria conjuntura apesar da maioria das vezes com estrutura e funcionamento precários.

Por meio das bibliografias consultadas pude observar a comprovação de que há certo descaso para e com a educação rural que por muito tempo é fruto de preconceitos e criando estereótipos como de que as famílias rurais não valorizam a escola colocando seus filhos para trabalhar ao invés de estudar. Nesse ínterim verifiquei que há políticas públicas específicas aos sujeitos atendidos na Educação no Campo e tais sujeitos possuem trajetória histórica relevante.

A importância de educação do campo começou a ganhar espaço no nosso país desde 1889 em decorrência da Proclamação da República. Naquele período, no governo do então primeiro presidente o marechal Manuel Deodoro da Fonseca que criou a Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria que tinha entre suas atribuições fomentar e auxiliar nos estudos dos alunos dessa modalidade.

Contudo esta pasta foi extinta em 1894 e reinstalada em 1909 como instituição formadora de agrônomos. E a partir dos anos 30 foi criado pelo decreto nº 19.402 em 14 de novembro de 1930 pelo então presidente Getúlio Vargas o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública que foi o setor responsável por assuntos relacionados ao ensino, saúde pública e a assistência hospitalar.

O termo “educação rural” foi agregado na época do governo Vargas, delimitando o espaço urbano do rural e definindo políticas públicas de ação para estes espaços geográficos já incluídos na época, como diferentes, mas, entretanto as práticas educativas implementadas para ambas as situações, se dirigiam a um único paradigma, o urbano.

Na história educacional trago a Constituição de 1934, que reivindicava reformas educacionais e onde os Pioneiros da Escola Nova atuavam enquanto forças originárias do público insatisfeito formado por intelectuais, cafeicultores,

classe média e até massas populares urbanas.

No ano de 1947 a nova Constituição Brasileira no Capítulo II da educação e cultura, Artigo 166; inciso III indicava que ao financiamento da educação rural fosse de responsabilidade de empresas privadas como as do setor industrial, comerciais e agrícola: "as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes"; (BALEEIRO E SOBRIDINHO; 2001; p. 108).

Apesar da educação no campo ter tido várias reformulações ainda enfrenta alguns problemas entre estes se podem destacar (LEITE, 2002):

O elevado índice de analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias acima de 25 anos; - A baixa remuneração e qualificação dos professores, com predominância de professoras leigas responsáveis por classes, na sua maioria, multisseriadas;- O elevado índice de exclusão e repetência;- O crescente processo de municipalização da rede de ensino fundamental, que responde pela quase totalidade das matrículas nas séries iniciais das escolas rurais, sem que sejam viabilizadas as condições estruturais e pedagógicas;

Claudia Passador (2006) reitera que a escola não possuía tanto significado, para os camponeses em sua maioria, pois, o aprendizado da profissão e do ofício que tinham era transmitido pela família não pela escola. Assim havia o estereótipo de que a escola da "contra-educação rural", com função de instruir o homem do campo, para ler, escrever e contar.

Essa concepção de instrução perdurou por muito tempo através da ideologia de que homem trabalhador do campo não precisava estudar, pois, seu trabalho como lavrador exigia somente esforço físico, não precisando, portanto raciocinar refletir, questionar e sim, apenas habilidades com seu instrumento de trabalho.

A partir do ano de 1940 a educação brasileira introduziu a matriz curricular urbanizada e industrializada que era permeada por interesses sociais, culturais e educacionais das elites brasileiras.

Na Constituição de 1967 na Emenda Constitucional de 1969, ainda trazia a obrigatoriedade das empresas agrícolas e industriais para com o ensino primário gratuito para empregados e os filhos menores de 14 anos. Observa-se assim que no Brasil até o ano de 1970 à educação do campo, era

mantida pela iniciativa privada.

No pressuposto de Elaine Furtado (2006), para uma melhor apreensão do ensino da sociedade campestre precisam-se considerar três aspectos essenciais no entendimento das desigualdades nessa modalidade educacional que são o latifúndio, a industrialização e a financeirização da economia.

Nos últimos anos a Educação no campo vem-se afirmando para demarcar o papel dos sujeitos e a importância desta na sua formação cidadã e no desenvolvimento de políticas públicas. Ela traz consigo conhecimentos e práticas que sugere o campo como um espaço emancipatório e originado do processo democrático e solidário que trata do direito a educação, a saúde, a organização da produção, soberania alimentar e a conscientização ambiental e não apenas como um cenário de lutas pelo direito a terra.

Arroyo (1999) censura a sociedade brasileira por não dar oportunidades com políticas públicas de educação para as populações do campo, ao passo que Durkheim (1998) assevera que ainda a concepção de educação do campo surgida na sociedade elitista e que é urgente analisar as desigualdades históricas suportadas pela população do campo derivadas dessa concepção excludente.

Esse histórico de lutas traz também as desigualdades econômicas, sociais e também as desigualdades educativas, culturais e escolares. Havendo um enorme débito histórico com estes sujeitos, mas visível em nossa sociedade que por muito tempo apesar dos avanços a educação do campo por muito tempo viveu situações de precariedade devido a pouca qualidade dos recursos pedagógicos, a estrutura física inadequada, mas há fatores louváveis ainda como a multisseriação que se mostrou uma alternativa viável e apresentando índices positivos.

Assim ao refletir sobre essa circunstância do aluno campestre nos faz nos faz conjecturar dentro da educação conscientizadora onde Paulo Freire (2007) nos convoca a observar o sistema educacional da sociedade brasileira, como um processo de mudança, identificando a educação como elemento fundamental para o sujeito seja ele do campo ou da cidade.

Freire utilizou com exatidão metodologias de ensino para a alfabetização e conscientização do trabalhador do campo, onde este espaço deve servir de ponto de leitura de mundo dele. Essa iniciativa de Freire em aspectos da

década de 50, ainda se consolida na ação educativa de muitos docentes do campo e da cidade.

Na concepção bancária a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos; Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que não sabem, cabe aquele que dá entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser "experimento feito" para ser experiência narrada ou transmitida" (FREIRE p. 59, 60).

Atentando a essa fala acima vimos que mesmo assim os governantes implantaram um ensino que não atende e não respeitam às especificidades da realidade regional e muito menos com as diferenciações espaciais do campo com o s elementos geográfico, cultural, histórico e social.

. As iniciativas em torno da educação rural/campo foram constitucionalmente referenciadas na história da educação brasileira em 1988 onde o termo se evidenciava nos textos constitucionais como “ rural “ e partir daí ganha novo significação a partir 2002 com aprovação da Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril por meio das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.

Para melhor compreensão dos termos “rural e campo”, considera-se de acordo com as bibliografias estudadas que a expressão “educação rural” advém das lutas de concepção positivista, mercadológica, competitiva, capitalista, onde a política de educação era com formação pragmática, que doutrina o indivíduo para desenvolver atividades no mundo do trabalho, ou seja, usando a força de trabalho humano como mercadoria, numa condição de desumanização do sujeito. No ano de 1998 aconteceu a I Conferência Nacional de Educação do Campo, que reivindicava entre outras coisas a melhorias do ensino nos anos iniciais do ensino fundamental.

Já aconteceu a II Conferência Nacional de Educação do Campo no ano de 2004 contou com a participação de universidades e representações governamentais, em torno de uma nova concepção de educação. numa articulação nacional para incentivar o movimento de educação do campo, não mais pensando apenas na educação básica mas também a inclusão dos trabalhadores do campo, em toda educação básica (educação infantil, fundamental e médio), e no acesso ao ensino superior reivindicando

profissionais qualificados para atuar no campo.

Com apoio nesse pressuposto foram iniciadas discussões em torno do perfil de escola do campo, não apenas uma educação para os sujeitos do campo e sim uma educação junto a esses sujeitos do campo. A escola do campo passa a ser estudado partir dos sujeitos sociais a quem se designam como os assentados, agricultores, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas e remanescentes de quilombos.

A luta no campo evidencia-se quando se vê, por exemplo, como a modernização da agricultura acentuou os latifúndios, gerando mais desigualdades sociais no campo, por isso a escola tem também um papel essencial na concepção de estimular a agricultura familiar, retratando além da segregação de empregos no campo a degradação também do meio ambiente.

A população campestre não difere muito da urbana em circunstâncias como desemprego, serviços precários, trabalhos informais e carência de informações e de políticas assistenciais, sendo a educação referência enquanto instituição pública e social.

Quando se fala em educação do campo é recorrente se trazer a tona o histórico de luta social em busca de uma vida digna, onde se atende vários gêneros, raças e etnias diferenciadas, de forma que o currículo elaborado para esta modalidade se desenvolva de várias formas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do seu território, dos seus atores e do meio ambiente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A predominância da Educação do Campo no Brasil necessita ser debatida num perfil mais amplo do que regional numa cogitação analítica mais intensa do papel da sociedade de hoje. Estamos em tempo de mudanças inclusivas, onde se aborda a universalização do direito da cidadania a todos, sendo o campo um espaço essencial na compreensão das práticas pedagógicas.

.Compreendo enfim que o resgate da identidade dos indivíduos camponeses se faz necessário para que haja mudanças culturais e comportamentais. A educação do/no campo enquanto conceito histórico nasce o a consideração de camponês, usando o “campo” como símbolo significativo, referindo-se assim, ao contíguo de trabalhadores que mora no campo.

A professora Comilo (2008) ocasiona uma contribuição simpática sobre o resgate da memória coletiva e da cultura camponesa, na acepção de apreendermos as dificuldades na construção da identidade do homem do campo. Afirma que,

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como “rude” e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...]. (COMILO. 2008, p. 21).

Assim percebo que na prática, os trabalhadores rurais necessitam dissolver os preconceitos, de forma a mudar a visão que a sociedade brasileira possui em relação a eles próprios e nesta conjuntura, as instituições de ensino do campo, fora da circunscrição dos assentamentos e acampamentos, podem contribuir com essa mudança de paradigma, cooperando com as lutas por melhorias na educação e na vida no campo.

Ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação de qualidade também para os cidadãos que vivem no campo. Apesar dos avanços em vários aspectos, a exemplo de leis, métodos pedagógicos e ou materiais didáticos,

O paradigma da Educação do Campo surgiu da luta pela terra e pela Reforma Agrária. A partir de acordo com o levantamento bibliográfico nasce o contexto ideológico de luta e campesinato em formação em nosso país. Assim, a Educação do Campo já não poderia ficar limitada apenas aos assentamentos rurais. Há assim um pequeno histórico que comprova que vivemos um processo de constituição do paradigma da Educação do Campo.

Neste breve andamento foram estabelecidos vários processos de elaboração teórica e metodológica, e de políticas por distintos sujeitos, que habitam e trabalham no campo e/ou que abrangem o campo como ambiente de incremento territorial do trabalho familiar na agricultura.

Além da constituição de diversas pedagogias, também compõem o paradigma os estudos dos impactos socioterritoriais dos projetos de desenvolvimento do campo, que compreendem o trabalho familiar como essencial para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Esses paradigmas da Educação do Campo que aqui trago inclui também a relação campo – cidade num procedimento de interdependência, que possui contrassensos profundos e que, busca soluções para suas questões através da coordenação dos movimentos socioterritoriais entre esses dois espaços.

Esses paradigmas trazem o desenvolvimento territorial sustentável que abrange, por exemplo, o agronegócio que abrange em sua maioria os cursos das Ciências Agrárias nas universidades e conseqüentemente Subordina a produção camponesa determinando a maior parte das políticas de desenvolvimento inclusive o educacional.

O paradigma da Educação do campo tem cor, cheiro e saber. Tem mais tem o seu território. Não podemos ter uma acepção consistente de Educação do Campo, pois os conceitos foram construídos fora do âmbito deste paradigma e não podem ser importados automaticamente, pois é a própria Educação do campo que compete organizar os seus próprios conceitos.

Entendo que questões pertinentes às pessoas do setor rural são difíceis de serem tratadas por envolverem vários aspectos sociais: o governo, a sociedade, a profissionalização dos professores e o preconceito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel: FERNANDES, Bernardo M. A **Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

BALEEIRO, Aliomar e SOBRINHO, LIMA, Barbosa. **Constituições Brasileiras, 1946**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: **Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”** 2002. Brasília: Corde, 1996.

**Constituições Brasileiras, 1997**. Vol. Via/Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 1999.

COMILO, Maria Edi da Silva. **A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes e sua História**. In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (Org.). **Educação do campo e formação continuada de professores**. Porto Alegre; Campo Mourão: EST Edições; FECILCAM, 2008.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed. 2007.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil**. Elane furtado[arroba]Webcabo.com.br; ed furtado[arroba]vol.com.br, 2006.

LEITE, Sérgio Celani..**Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002

PASSADOR, Cláudia Souza. **A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

VENDRAMINI, Regina Célia. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo**. Artigo apresentado no VI Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (NAPED sul), realizado em Santa Maria (RS), em junho de 2006.